



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Campus Colatina**

**Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação Especialização
em Gestão Pública**

Colatina/ES – 2025

Reitor

Jadir José Pela

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero da Silva

Diretor de Pós-graduação

Pedro Leite Barbieri

Diretor-Geral do Campus Colatina

Octavio Cavalari Júnior

Diretora da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Campus Colatina

Thereza Christina Ferrari Paiva

Comissão de Revisão do PPC

Thereza Christina Ferrari Paiva

Elizabeth Gerlânia Caron Sandrini

Cassiana Bortolini

Danielle Braun Calavotte Cozer

Francielle Correa Nepomoceno

Izabel Maria Laeber

Kátia Polyana Caser

Polliana Brunetti Merlo Souza

Octávio Cavalari Junior

Wasley Antonio Ronchetti

Coordenação do Curso

Thereza Christina Ferrari Paiva

Assessoramento Pedagógico

Marlinda Gomes Ferrari

Revisão Textual

Elizabeth Gerlânia Caron Sandrini

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	6
2.1 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	6
2.2 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	7
2.3 A UNIVERSIDADE ABERTA CAPIXABA	9
2.4 JUSTIFICATIVA	10
2.5 OBJETIVO GERAL	12
2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
2.7 PÚBLICO-ALVO	12
2.8 PERFIL DO EGRESSO	13
2.9 METODOLOGIA	13
2.9.1 Atividades Assíncronas	13
2.9.2 Atividades Síncronas	14
2.9.3 Atividades presenciais	14
2.9.4 Mediação Pedagógica e acompanhamento dos estudantes	14
2.9.5 Metodologia das aulas e mediação	15
2.10 TRABALHO FINAL DE CURSO	15
2.11 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E CERTIFICAÇÃO	16
2.12 FREQUÊNCIA	17
2.13 INFRAESTRUTURA	17
2.13.1 Instalações gerais e equipamentos	17
2.13.2 Polos de apoio presencial	18
2.13.3 Biblioteca	19
2.13.4 Material Didático Digital	20
2.14 AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA	21
2.15 FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OUTRAS RECEITAS	21
2.15.1 Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio	22
3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO	22
3.1 CORPO DOCENTE DO CURSO	22
3.1.1 Atribuições do Corpo Docente	29
3.1.1.1 Professor Formador	30
3.1.1.2 Professor Mediador	30
3.1.1.3 Professor de Atendimento Educacional Especializado	30
3.1.1.4 Professor Orientador	31
3.1.1.5 Atribuições do Coordenador de Curso	31
3.2 CORPO TÉCNICO DO CURSO	32
3.2.1 Coordenador Adjunto de Curso	32
3.2.2 Secretário Acadêmico	33
3.2.3 Designer Educacional	33
3.2.4 Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILP)	34
3.3 PROCESSO SELETIVO DOS BOLSISTAS	34

3.3.1 Experiência em EaD dos Bolsistas	36
4. MATRIZ CURRICULAR E EMENTÁRIOS	36
4.1 COMPONENTES CURRICULARES.....	37
4.2 EMENTÁRIO	38
5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	62
6 AVALIAÇÃO DO CURSO	62
REFERÊNCIAS.....	63

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Identificação					
Nome do Curso		Especialização em Gestão Pública			
Código/Área de Conhecimento			60.2.0000.06 – Administração 60202009 – Administração Pública		
Unidade Administrativa (UA) Responsável			Campus Colatina		
Carga Horária Total	420	Duração	18 meses	N. de vagas	200
Modalidade	Educação a Distância				
Polos	1) Bom Jesus do Norte; 2) Itapemirim; 3) Mantenópolis; 4) Santa Teresa; e 5) Vargem Alta				
Outras Instituições participantes		Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapes) Universidade Aberta Capixaba (UnAc)			
Assessoramento Pedagógico		Marlinda Gomes Ferrari			
Período previsto					
Oferta única		Início: fevereiro/2026 Término: julho/2027			
Coordenador					
Nome	Thereza Christina Ferrari Paiva				
E-mail	thereza.paiva@ifes.edu.br	Contato telefônico	55 (27) 9 9987-7616		
Carga horária Ifes	40h	Carga horária dedicação ao curso		20h	
Área de formação	Gestão				
Link Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8420382955347543				
Resumo do Currículo Lattes					
Possui Mestrado em Educação, Administração e Comunicação; Especialização em MBA em Administração e Gestão do Conhecimento; Especialização em Educação Financeira com Neurociência para Docentes - Metodologia DSOP; Graduação em Ciências Contábeis e Graduação em Administração. Atua como professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes/Campus Colatina. Em 2015, atuou como Bolsista da Capes no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) desempenhando a função de professora orientadora de TCC na Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública. Em 2017, ministrou a disciplina de Metodologia da Pesquisa no curso de Pós-Graduação Especialização em Administração Pública. Em 2022/2023, atuou como Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública em parceria com a UnAc. Em 2024, ministrou a disciplina de Empreendedorismo no Curso de Bacharelado em Administração na modalidade a distância.					
Secretaria do Curso					
Servidor responsável		Kátia Polyana Caser (a ser contratada com 20h)			
Endereço		Av. Arino Gomes Leal, 1700 - Santa Margarida, Colatina - ES, 29700-558.			
Contato telefônico	(27) 99738 3144	E-mail		gp.ead@ifes.edu.br	
Dia Funcionamento	segunda a sexta	Horário Funcionamento		17 horas às 21 horas	

2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

2.1 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Este Curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública trata-se de uma reoferta, viabilizada por meio de parceria entre o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e o Governo do Estado do Espírito Santo, no âmbito da UnAc, sendo o financiamento assegurado pela referida parceria.

Ofertado na modalidade a distância, o curso possui caráter pontual e visa à especialização de profissionais que atuam na administração pública das esferas municipal, estadual e/ou federal. Disponibiliza 200 (duzentas) vagas, distribuídas de forma equitativa entre 05 (cinco) polos de apoio presencial, nos seguintes municípios capixabas: Bom Jesus do Norte; Itapemirim; Mantenópolis; Santa Teresa; e Vargem Alta.

O programa UnAc prevê uma equipe composta por Professor Formador e Professor Mediador, responsáveis por garantir a qualidade e o acompanhamento pedagógico durante a oferta do curso. O Professor Formador será responsável pela concepção, planejamento, elaboração dos conteúdos e organização das atividades no Moodle. Já o Professor Mediador acompanhará os estudantes tanto no ambiente virtual quanto no polo de apoio, promovendo o suporte necessário ao processo de aprendizagem. Para a disciplina de Trabalho Final de Curso (TFC) haverá professor designado especificamente para orientação. Também poderá haver, conforme a necessidade, a atuação de Profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Tradutores e Intérpretes de Libras (TILP) para atender estudantes com deficiência.

A proposta pedagógica destina-se à:

- a) capacitar gestores públicos para atuarem tanto em sistemas públicos de natureza macro (governamental) quanto micro (unidades organizacionais);
- b) formar profissionais aptos a intervir criticamente na realidade social, política e econômica do país;
- c) contribuir para o aprimoramento da gestão pública nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- d) estimular o desenvolvimento de uma visão estratégica da administração pública, por meio do estudo aprofundado da estrutura governamental, das unidades produtivas do Estado e das demandas sociais; e
- e) qualificar profissionais para a resolução de problemas complexos nas organizações públicas.

A iniciativa está em consonância com a trajetória histórica do Ifes, que, desde sua origem como Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, em 1909, consolidou-se como referência em educação pública de excelência no Estado. A criação do Ifes, em 2008, por

meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes) e das Escolas Agrotécnicas Federais capixabas, fortaleceu ainda mais seu papel estratégico na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, integrando ensino, pesquisa e extensão, com o compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

O Ifes possui 23 (vinte e três) campi ativos, incluindo o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), estando presente em todas as microrregiões do Espírito Santo. Oferta ampla gama de cursos, sendo 99 (noventa e nove) técnicos, 68 (sessenta e oito) de graduação, 46 (quarenta e seis) especializações, 12 (doze) mestrados e 1 (um) doutorado profissional (Ifes, 2024), contabilizando mais de 40 (quarenta) mil estudantes matriculados. Além disso, dispõe de 49 (quarenta e nove) polos de educação a distância no Estado, mais o Polo de Inovação e da Cidade da Inovação, fortalecendo sua atuação em rede e sua capacidade de promover ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma descentralizada e abrangente.

Um dos campi do Ifes é o Campus Colatina, que tem se destacado na formação de gestores públicos. A primeira oferta foi em 2010, com o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal. Em 2016, ampliou sua atuação ao disponibilizar o Curso de Especialização em Administração Pública na modalidade semipresencial. Em 2022, consolidou sua vocação institucional nessa área estratégica ao realizar a primeira oferta do Curso de Gestão Pública em parceria com a UnAc. A presente reoferta do curso reforça o compromisso do campus com a qualificação continuada dos profissionais da administração pública, garantindo a continuidade e a ampliação das oportunidades de formação especializada no Estado.

2.2 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A trajetória da Educação a Distância (EaD), no Ifes, teve início com a adesão ao Sistema da UAB, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), em 2005. A participação do Ifes começou formalmente em 2006, com a aprovação do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tads) no primeiro edital da UAB. No mesmo ano, visando organizar e consolidar as ações voltadas para a modalidade, foi criado o então Centro de Educação a Distância (Cead), embrião do atual Cefor. Em 2007, o lançamento da Rede e-Tec Brasil ampliou as possibilidades de formação com a oferta de cursos técnicos públicos e gratuitos na modalidade a distância. Nesse modelo, cabia ao MEC o apoio financeiro para desenvolvimento dos cursos, enquanto os entes federados eram responsáveis pela infraestrutura e execução local.

O Ifes diversificou, assim, ao longo dos anos seguintes e expandiu sua atuação na EaD. Em 2009, foram implantados os cursos Técnico em Informática (Rede e-Tec) e Licenciatura em

Informática (UAB), bem como uma nova edição do Tads. Em 2010, quatro cursos de especialização foram iniciados com fomento da UAB: Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Gestão Pública Municipal (GPM) e Informática na Educação (IE). Nos anos de 2011 a 2013, houve continuidade e ampliação dessas ofertas, incluindo a criação da Licenciatura em Letras/Português (2012) e o curso Técnico em Administração (2013). Em 2014, o antigo Cead foi elevado à categoria de Cefor, com foco na integração das tecnologias digitais à educação, formação docente e consolidação da EaD institucional. Nesse período, foram ofertados novos cursos, como Complementação Pedagógica em diversas áreas (Letras, Matemática, Física, Biologia e Química), e reofertas de especializações e do curso Técnico em Administração.

O ano de 2015 marcou a primeira oferta institucional sem fomento externo: a Especialização em Tecnologias Educacionais. Também foi iniciado o programa Profuncionário, com cursos técnicos voltados à formação de servidores da Educação Básica, como Técnico em Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. Em 2016, destacaram-se as reofertas dos cursos do Profuncionário e cerca de 25 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Houve também avanços na institucionalização da EaD, com reformulações metodológicas e normativas para garantir a qualidade acadêmica, independentemente, de financiamento externo.

Novas turmas de graduação (Letras/Português e Licenciatura em Informática), complementação pedagógica e especializações como EPT, IE e outras inéditas, como Currículo e Ensino, Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente e Metodologias para o Ensino Fundamental foram abertas em 2017, além do lançamento de um novo curso institucionalizado: Práticas Pedagógicas para Professores. Em 2018, o Cefor ofertou diversos cursos de aperfeiçoamento e FIC, com temáticas como Inclusão, Educação Especial e uso de tecnologias digitais. Iniciou-se também o curso Técnico em Multimeios Didáticos, sem fomento federal. 2019 foi o ano em que o Ifes foi credenciado com nota máxima (5) para a oferta de cursos a distância. Nesse ano, foi promovida a primeira oferta em rede sem fomento externo: a Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores, com polos presenciais em dez campi.

Durante a pandemia de COVID-19 (2020 e 2021), o Cefor garantiu a continuidade dos cursos EaD e desempenhou papel estratégico na formação docente para o ensino remoto, denominado internamente como Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP), realizadas majoritariamente via Moodle. Em 2020, quatro cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento foram ofertados integralmente a distância. No ano seguinte, teve início a disciplina de Libras, na modalidade EaD, nos cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo). Nos anos de 2022 e 2023, a expansão da EaD foi impulsionada por duas importantes iniciativas: o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), financiado pela Setec/MEC, com mais de 9.700 (nove mil e setecentas) vagas distribuídas

nacionalmente; e o Programa UnAc, coordenado pela Fapes, que permitiu ao Ifes ampliar a oferta de cursos de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação em EaD no Estado.

Atualmente, a EaD está plenamente consolidada no Ifes. A instituição oferta cursos técnicos, de graduação, especializações e formações continuadas em diversos formatos — regulares, sob demanda e com apoio de programas externos —, além de cursos abertos no modelo Massive Online Open Courses (MOOC). A consolidação da EaD se reflete na expansão das metodologias ativas de ensino, no fortalecimento do uso do AVA e na integração das tecnologias digitais ao processo educacional, mantendo o compromisso com a qualidade e a inovação pedagógica.

2.3 A UNIVERSIDADE ABERTA CAPIXABA

Em 2021, surge a Universidade Aberta Capixaba (UnAc), criada pelo Decreto do Governo do Estado do Espírito Santo n. 5.009/2021, conforme o Art. 13. Nesse contexto, o Governo do Espírito Santo e o Ifes assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de desenvolver cooperação na área da Educação Superior, no escopo da UnAc, para a oferta de cursos superiores públicos. Essa parceria é firmada pela Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti-ES) e Reitoria do Ifes.

O Programa UnAc tem como objetivo expandir e interiorizar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação no Espírito Santo e funciona por meio do ensino a distância, híbrido e presencial. Os cursos a distância ofertados pela UnAc do Ifes são distribuídos entre os Polos de Apoio Presencial existentes em municípios do estado e os Polos dos Campi do Ifes, enquanto os cursos híbridos e os presenciais são ofertados pelos Campi do Ifes. Na expansão da oferta de cursos, a UnAc busca aumentar o número de vagas em cursos de graduação e pós-graduação, especialmente em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Na interiorização do ensino superior, a UnAc leva cursos gratuitos e de qualidade para diversas cidades do estado, facilitando o acesso de estudantes de diferentes regiões, oferecendo oportunidades de estudo para as pessoas que não teriam condições de frequentar uma universidade tradicional, promovendo a inclusão social. Os cursos são reconhecidos pelo MEC, possuem matriz curricular atualizada e relevante para o mercado de trabalho, além de ter flexibilização de ofertas, permitindo que os estudantes conciliem os estudos com o trabalho e outras atividades. Os egressos, portanto, são profissionais qualificados e têm grandes chances de conseguir um bom emprego e de ascender profissionalmente, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo.

A gestão da UnAc/Ifes é realizada por uma Coordenação Geral e uma Coordenação Adjunta, além de uma equipe de apoio. Essa coordenação é responsável pela interlocução do Ifes com o Governo do Estado, para gerir o processo anual de prospecção, oferta, acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas dos cursos, durante todo o seu período de desenvolvimento.

2.4 JUSTIFICATIVA

A reestruturação no setor produtivo, a partir dos anos de 1990, bem como o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrentes da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades entre aqueles que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os institutos federais. Estes contribuíram para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

Nesse contexto, torna-se essencial adotar uma postura crítica em relação ao modelo produtivista predominante, buscando atuação acadêmico científicas e pedagógicas alinhada à função social das instituições públicas. Isso significa produzir conhecimento e desenvolver práticas que respondam às necessidades reais da sociedade, promovendo uma apropriação sustentável dos avanços tecnológicos e científicos e respeitando a diversidade e a inclusão social — princípios norteadores da atuação do Ifes. A construção de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e geração contínua de empregos, depende de diversos fatores sociais, políticos e econômicos. Um dos elementos-chave para isso são as práticas de organização e gestão do trabalho, tanto na esfera pública quanto na privada. Nesse sentido, o Curso de Especialização em Gestão Pública tem um papel estratégico, pois capacita profissionais (gestores e formuladores de políticas públicas) para atuar de forma crítica e eficaz na transformação da realidade social, econômica e política do país.

A oferta do curso na modalidade a distância permite atender uma demanda que ultrapassa os limites geográficos do Espírito Santo, alcançando estudantes em nível nacional. Isso é especialmente relevante em um cenário marcado por rápidas mudanças, escassez de recursos e elevada competitividade. Nesses ambientes desafiadores, espera-se que o gestor público desenvolva competências como criatividade, pensamento crítico, capacidade de inovação e produção de novos conhecimentos. Além dessas características pessoais, é fundamental que o gestor tenha uma visão estratégica da administração pública, com base

em estudos aprofundados das diversas áreas da gestão. Isso inclui o domínio conceitual e analítico das práticas administrativas e a integração entre elas. Assim, além dos conhecimentos de ordem comportamental e contextual, exige-se do Gestor Público o domínio das principais técnicas gerenciais relacionadas à organização, aos recursos humanos, financeiros, produtivos e à gestão pública – sempre fundamentado em princípios éticos e no compromisso com uma sociedade mais justa.

Espera-se também que o gestor seja capaz de equilibrar os objetivos organizacionais com os recursos disponíveis e com os interesses da sociedade e dos servidores públicos. Para isso, deve estar apto a propor novas formas de organização, tanto em termos de estrutura quanto de funcionamento, valorizando a participação no processo decisório e assumindo a responsabilidade das organizações no desenvolvimento humano. No campo dos estudos governamentais, é indispensável que o gestor compreenda o processo histórico de formação do Estado e saiba como ele se insere no contexto mais amplo da sociedade. Também é essencial que conheça os mecanismos de funcionamento da administração pública, incluindo as áreas financeira, orçamentária, e os processos de formulação e avaliação de políticas públicas. Isso garante não só uma gestão eficiente dos recursos públicos, mas também uma atuação responsável, promovendo o equilíbrio entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Portanto, é fundamental oferecer oportunidades de capacitação a cidadãos, estados e municípios de todas as regiões do país, promovendo uma administração pública mais qualificada e profissional.

Nesse cenário, a criação e oferta do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública, no âmbito do Ifes, respondem às demandas sociais e políticas contemporâneas, estando alinhadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação e à missão social do Instituto. Em consonância com esses princípios, o Campus Colatina propõe-se a oferecer novamente o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública, na modalidade a distância, com o objetivo de contribuir para a qualificação da gestão pública no Espírito Santo. A decisão pela reoferta do curso fundamenta-se, ainda, no expressivo interesse identificado durante a primeira edição. Em 2021, foi realizada uma consulta pública online — do dia 27 de outubro a 08 de novembro —, que foi amplamente divulgada pelos canais institucionais do Ifes (site, redes sociais e aplicativos de mensagens), a fim de verificar a demanda e a relevância social do curso. A consulta contou com 130 (cento e trinta) participantes, dos quais: i) 79,23% residiam na Mesorregião Noroeste do Espírito Santo; ii) 67,69% afirmaram já estar aptos a cursar uma pós-graduação; e iii) 83% demonstraram interesse em uma especialização gratuita, a distância, em Gestão Pública, ofertada pelo Campus Colatina.

Com base nesses dados, o curso foi ofertado pela primeira vez em 2022. O processo seletivo, realizado em etapa única por meio de análise de títulos (conforme o Edital nº 11/2022), recebeu 1.856 (mil, oitocentas e cinquenta e seis) inscrições, o que resultou em uma

concorrência de 9,28 (nove, vinte e oito) candidatos por vaga. Desde então, a procura pelo curso tem se mantido constante, com frequentes manifestações de interesse por parte da comunidade. Diante da expressiva procura e do impacto positivo da primeira oferta, a UnAc deliberou pela realização de uma nova edição do curso para o biênio 2025/2026.

2.5 OBJETIVO GERAL

Qualificar profissionais de nível superior para atuarem na gestão pública, com competências voltadas ao planejamento, execução e avaliação de programas e projetos governamentais, de forma ágil e orientada por resultados, com base em referenciais contemporâneos de estratégia e gestão pública, destacando-se os princípios de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência operacional, foco em resultados e compromisso com a transparência e o interesse público.

2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) capacitar gestores públicos para atuarem de forma eficaz na administração de sistemas públicos, tanto em nível macro (governos e estruturas centrais) quanto micro (unidades organizacionais descentralizadas);
- b) formar profissionais aptos a intervir de maneira crítica e qualificada nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que envolvem a gestão pública;
- c) aperfeiçoar a gestão das políticas e serviços públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal, com foco na eficiência, transparência e responsabilidade social;
- d) desenvolver, nos gestores públicos, uma visão estratégica da administração pública, fundamentada em estudos sistemáticos sobre a realidade governamental, as estruturas administrativas e as demandas da sociedade;
- e) qualificar profissionais para atuarem na gestão de organizações públicas, promovendo inovação, ética e resultados sustentáveis na prestação de serviços públicos; e
- f) preparar gestores para identificar, analisar e resolver problemas complexos no âmbito das instituições públicas, com base em abordagens interdisciplinares e orientadas por evidências.

2.7 PÚBLICO-ALVO

O curso será destinado a profissionais com diploma de curso superior, que tenham interesse em atuar ou se qualificar na área de gestão pública, independentemente da área de formação. A oferta está em conformidade com o previsto no § 2º do Art. 6º da Resolução CNE/CES n. 1/2018, que regulamenta a matrícula em cursos de pós-graduação lato sensu.

2.8 PERFIL DO EGRESSO

O perfil profissional para os egressos do curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública está centrado na ênfase da compreensão crítica das situações do mundo contemporâneo e na habilidade de elaborar estratégias para minimizar os desafios sociais, econômicos, ambientais e de outras naturezas que se apresentam, pautados por valores de autonomia, iniciativa, criatividade e responsabilidade.

2.9 METODOLOGIA

O curso será ofertado na modalidade a distância, com duração de 18 (dezoito meses). As atividades ocorrerão por meio do AVA Moodle, onde serão disponibilizados, como aula assíncrona os materiais didáticos digitais, videoaulas, atividades de aprendizagem e instrumentos de avaliação. Além disso, estão previstas atividades assíncronas (flexível no tempo) e síncronas (ao vivo, em tempo real), realizadas por meio de plataformas de webconferência, bem como momentos presenciais obrigatórios para avaliações e outras atividades pedagógicas nos polos de apoio presencial.

Dessa forma, o Plano de Ensino de cada componente curricular será elaborado conforme as diretrizes do Regulamento do Curso, as orientações do programa UnAc e do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) do campus Colatina e o Regulamento de Organização Didática (ROD) dos Cursos de Pós-Graduação do Ifes, respeitando-se o equilíbrio entre atividades assíncronas, síncronas e presenciais. O docente poderá propor, em seu plano de ensino, um conjunto diversificado dessas atividades, distribuídas da seguinte forma:

2.9.1 Atividades Assíncronas

1. Leituras e Estudos Dirigidos: acesso a livros digitais, artigos e outros materiais didáticos.
2. Fóruns Temáticos: participação em debates realizados de forma assíncrona.
3. Tarefas Individuais: exercícios e produções autorais.
4. Trabalhos Colaborativos: produção em grupo com uso de ferramentas para escrita compartilhada.
5. Videoaulas e Tutoriais Gravados: conteúdo audiovisual disponível para estudo autônomo.
6. Projetos em Grupo: colaboração remota em atividades de maior complexidade.
7. Avaliações Online: quizzes, questionários interativos e jogos educativos.
8. Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa: atividades integradoras ao longo do curso.

9. Orientações Acadêmicas Individuais: acompanhamento personalizado.
10. Laboratórios Virtuais: simulações práticas por meio do AVA.
11. Visitas e Palestras Virtuais: exploração de ambientes e conteúdos online.
12. Eventos Formativos: participação em webinários, lives e encontros acadêmicos.

2.9.2 Atividades Síncronas

1. Aulas ao Vivo: exposições interativas, debates e esclarecimento de dúvidas.
2. Discussões em Grupo: socialização de ideias e apresentações em tempo real.
3. Demonstrações e Simulações: atividades práticas com participação simultânea.
4. Palestras com Convidados: especialistas convidados para enriquecer a formação.

2.9.3 Atividades presenciais

As atividades presenciais ocorrerão nos polos de apoio e incluirão avaliações obrigatórias, encontros formativos, apresentações, simulações, oficinas e outras ações colaborativas, que visam fortalecer os vínculos entre estudantes, professores formadores e professores mediadores.

2.9.4 Mediação Pedagógica e acompanhamento dos estudantes

A mediação pedagógica é elemento central da proposta do curso, sendo estruturada a partir de uma abordagem multidimensional da EaD. Os professores mediadores atuarão com base em princípios como:

1. integração com a equipe pedagógica;
2. comunicação eficaz mediada por tecnologia;
3. promoção do diálogo e da interatividade;
4. redução da distância transacional;
5. estímulo à empatia e à afetividade;
6. compromisso com a inclusão educacional; e
7. gerenciamento de situações complexas e devolutivas avaliativas (Amorim et al., 2022).

Os professores mediadores serão capacitados em formação específica, voltada à utilização do AVA e às metodologias próprias da EaD, para enfrentar os desafios pedagógicos e tecnológicos inerentes a essa modalidade de ensino. Além dessas atribuições, deverão organizar e conduzir os encontros presenciais no polo, oferecer suporte técnico e pedagógico aos estudantes, bem como desenvolver ações de busca ativa junto aos discentes sob sua responsabilidade. Essa atuação tem como finalidade consolidar uma mediação pedagógica

eficaz e articulada, contribuindo de forma direta para a permanência e o êxito dos estudantes ao longo do curso.

2.9.5 Metodologia das aulas e mediação

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no AVA, nas atividades síncronas online e presenciais no polo, tendo como principais interlocutores desse processo formativo os professores mediadores. Sob a orientação desse professor mediador, nos encontros presenciais, os cursistas interagirão com seus pares, desenvolvendo atividades de caráter avaliativo e de participação colaborativa. As demais atividades serão realizadas no AVA, em conformidade com a proposta pedagógica da modalidade a distância. Em se tratando dos discentes com necessidades educacionais específicas, os conteúdos, métodos, técnicas, recursos educativos e processos de avaliação serão adequados à necessidade dele, de acordo com a avaliação do Napne e do acompanhamento do Professor de AEE.

O atendimento presencial será realizado nos polos de apoio presencial pelo professor mediador, nos dias e horários estabelecidos no cronograma do curso e divulgados no início do período letivo. O atendimento a distância e a avaliação das atividades serão realizadas pelo professor mediador da disciplina, por meio do AVA e webconferência, com prazo máximo de resposta, conforme Regulamento do Curso. O professor mediador dará feedback, referente às atividades realizadas, no prazo de uma semana, a partir da data prevista para o encerramento de cada atividade.

2.10 TRABALHO FINAL DE CURSO

O Curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública contempla, em sua estrutura curricular, a obrigatoriedade de elaboração de um Trabalho Final de Curso (TFC), a ser desenvolvido em até 6 (seis) meses. O TFC configura-se como uma atividade científica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, podendo assumir a forma de pesquisa aplicada ou projeto de intervenção. Deverá abordar tema pertinente ao conteúdo do curso e ser alinhado aos seus objetivos, constituindo-se requisito indispensável para a integralização curricular do estudante.

O TFC deverá ser elaborado em conformidade com as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos do Ifes, devendo ser depositado pelo discente no Repositório Institucional do Ifes (RI), sob supervisão e anuência do orientador, conforme as diretrizes estabelecidas pela regulamentação institucional vigente.

2.11 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E CERTIFICAÇÃO

O processo avaliativo de cada componente curricular será planejado pelo docente responsável e executado pelo professor mediador, devendo ser expresso mediante os critérios estabelecidos no Regulamento do Curso, respeitando-se as orientações do ROD dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes. Deve ser processual com caráter diagnóstico e formativo, contemplando aspectos qualitativos e quantitativos e considerando tanto o domínio cognitivo quanto o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, objetivando que a avaliação permita ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados a serem alcançados no processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação será somativa, organizada por meio de instrumentos diversificados, devidamente especificados no Plano de Ensino do professor formador do componente curricular, de modo a estimular a pesquisa, a reflexão crítica e a criatividade por parte dos discentes. Os métodos e instrumentos avaliativos deverão ser diferenciados, conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão realizadas no AVA Moodle ou em outras ferramentas digitais associadas àquele e também em encontros presenciais nos polos de apoio presencial para avaliação final de cada módulo.

O discente que obtiver menos de 60% do valor da avaliação ou do conjunto delas, terá direito à recuperação. Esta compreenderá a realização de atividades no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o discente será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre a maior nota entre a obtida na avaliação realizada antes da recuperação e a obtida na avaliação após a recuperação.

Ao término do curso, será considerado aprovado em cada componente curricular o discente que atender aos critérios de aprovação, os quais incluem desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Se o discente não atingir nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos para aprovação final, terá direito a realizar a recuperação do resultado final da(s) disciplina(s). Para tanto, será submetido a um período de recuperação, definido pelo professor formador do componente curricular, com acompanhamento do professor mediador, dentro da previsão de fechamento das pautas, conforme calendário acadêmico. Os que não atingirem nota superior a 60 (sessenta) pontos, após a recuperação final, serão desligados do curso, conforme regulamento.

A certificação do curso será concedida ao estudante que: i) obtiver aprovação em todos os componentes curriculares previstos; ii) realizar a apresentação do TFC; e iii) atender todas as

exigências do Regulamento interno do Curso e do ROD dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes. Desta forma, ao final do curso, torna-se obrigatório o depósito do trabalho produzido no âmbito desta Pós-Graduação no Repositório Institucional do Ifes para que o discente possa solicitar seu certificado.

2.12 FREQUÊNCIA

A frequência dos estudantes será aferida com base na realização das atividades previstas no AVA, bem como na participação nas avaliações a distância e presenciais. O controle da frequência será realizado por meio do monitoramento dos acessos dos discentes ao AVA e do registro das avaliações pelos professores mediadores.

2.13 INFRAESTRUTURA

O curso será ofertado por meio da parceria do Campus Colatina com o Cefor, unidade acadêmica do Ifes, e ministrado a partir do AVA, na plataforma Moodle (www.ava.cefor.ifes.edu.br).

2.13.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso na modalidade a distância e realizado em parceria entre duas unidades acadêmicas do Ifes, destacamos a infraestrutura de cada uma delas, quanto à estrutura física e digital.

A infraestrutura física do Ifes/Campus Colatina foi concebida para atender de forma integrada as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Embora o curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública seja ofertado na modalidade a distância, é relevante apresentar a estrutura do campus como parte do suporte institucional que sustenta o desenvolvimento acadêmico e administrativo, pois a área projetada oferece condições adequadas para tal desenvolvimento, sendo apoiada por diferentes coordenadorias, responsáveis pelo atendimento acadêmico e administrativo, como as de Cursos e Programas de Pós-Graduação, Apoio ao Ensino, Registros Acadêmicos e Assistência Estudantil.

O Campus Colatina possui salas de aula equipadas, laboratórios especializados nas áreas de Gestão e Negócios, bibliotecas informatizadas e espaços voltados à pesquisa, à extensão e à inovação. Esses ambientes reforçam a base física que permite à instituição manter a qualidade de seus cursos, inclusive os ofertados em formato remoto. Complementando a

estrutura educacional, o campus dispõe de estúdios para gravação de aulas, salas multimídia e auditórios, que viabilizam a produção de materiais didáticos e a realização de eventos acadêmicos em ambientes virtuais. Além das áreas pedagógicas e administrativas, a instituição mantém espaços de convivência, esporte e cultura, promovendo a integração da comunidade acadêmica e favorecendo o bem-estar coletivo. Embora os estudantes da pós-graduação a distância não utilizem cotidianamente esses ambientes, sua disponibilidade amplia as possibilidades de participação em atividades presenciais quando necessário, reforçando o compromisso do Ifes com a formação integral.

Comprometido com a acessibilidade, o campus conta com adaptações estruturais que garantem o acesso e a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as diretrizes do Decreto n. 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT. Rampas, banheiros adaptados, sinalizações e ambientes acessíveis integram esse esforço institucional pela equidade no acesso ao espaço educacional. Além disso, o campus abriga núcleos temáticos que promovem ações voltadas à inclusão, diversidade e sustentabilidade, a exemplo do Napne, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgens) e do Núcleo de Educação Ambiental (NEA).

A integração entre espaços físicos e tecnologias digitais assegura a efetividade das práticas pedagógicas, mesmo em cursos cuja execução se dá majoritariamente a distância. Sendo assim, o Cefor gerencia o AVA - a Plataforma Digital Moodle (www.ava.cefor.ifes.edu.br). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação que, juntas, elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem também tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

2.13.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial estão localizados em Bom Jesus do Norte, Itapemirim, Mantenópolis, Santa Teresa e Vargem Alta. Cada polo receberá 40 (quarenta) vagas, totalizando 200 (duzentas), devendo cumprir os requisitos básicos para a oferta de EaD, conforme normas do sistema Nacional de Avaliação Superior (Sinaes).

O apoio do polo presencial ocorre, entre outros, por meio de realização dos encontros presenciais previstos no curso. Cada disciplina terá, pelo menos, 1 (um) encontro presencial. Para os encontros presenciais estão previstas as atividades avaliativas, que serão organizadas pelo professor formador e implementadas com auxílio do professor mediador. Cada polo deve ter condições de acomodar a turma de 40 (quarenta) alunos para as atividades

presenciais, disponibilizando computadores e acesso à internet, além das condições básicas para as atividades letivas, como sala de aula, banheiros etc.

2.13.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância do Ifes. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. O material didático poderá ser impresso pelo discente, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os discentes também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor. As informações sobre acesso poderão ser obtidas por meio do link: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Em relação ao acesso à biblioteca, o curso, por meio do AVA Moodle, conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais: Biblioteca Virtual Pearson e Minha Biblioteca. Ambas permitem o acesso 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, de qualquer lugar com internet. Os acervos físico e virtual podem ser acessados no link da biblioteca, no site do Campus Colatina, por meio de login e senha institucionalizados e individualizados, dentro e fora dos limites da instituição. Tanto o acervo físico quanto o virtual possuem garantia de acesso, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda dos estudantes do campus.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, o estudante pode ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. O estudante do curso ainda conta com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

O Ifes também possui um Repositório Institucional (RI/Ifes), regulamentado pelo Conselho Superior, por meio da aprovação das Resoluções n. 22 e 23, de 07 de agosto de 2017. O Repositório Institucional do Ifes (<https://repositorio.ifes.edu.br/>) é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados

em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. O estudante pode fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo a devida citação dos direitos autorais, conforme o termo de uso de cada documento.

2.13.4 Material Didático Digital

Além do material bibliográfico disponível nas bibliotecas virtuais, o material didático específico para o curso será disponibilizado eletronicamente no Moodle do Ifes, em diversos formatos, de acordo com a proposta de cada componente curricular.

Esses materiais serão produzidos pelos professores formadores responsáveis pelas disciplinas, com o apoio da equipe multidisciplinar do curso, de acordo com o fluxo e orientações da Coordenadoria Geral de Tecnologia Educacional (CGTE), respeitando-se os requisitos de acessibilidade recomendados. Estão entre os principais materiais previstos para o curso:

1. videoaulas produzidas pelos professores formadores;
2. livros digitais produzidos pelos professores formadores no Moodle;
3. apresentações multimídia com conteúdo interativo em H5P no Moodle;
4. slides interativos (por exemplo, Google Slides, Microsoft PowerPoint, Prezi e outros softwares de apresentação não lineares) ;
5. vídeos Educativos;
6. infográficos;
7. e-books;
8. podcasts; e
9. textos didáticos em PDF.

Caso seja necessário, e para garantir a acessibilidade comunicacional, os materiais didáticos produzidos contarão com tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras), legenda em português para surdo usuário de língua portuguesa e audiodescrição para com deficiência visual e, também, demais adequações necessárias para discente público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva. Nos momentos síncronos será disponibilizado recurso adequado para garantir a participação do discente com deficiência.

2.14 AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA

De acordo com a Resolução do Conselho Superior do Ifes n. 10/2017, serão reservadas vagas serão para pretos, pardos e indígenas (PPI) e para pessoas com deficiência (PcD), visando ao atendimento da Política de Ações Afirmativas da Pós-graduação do Ifes. Os candidatos às vagas PPI e PcD serão convocados por comissões específicas do Ifes para verificação da autodeclaração étnico-racial ou de condição de pessoa com deficiência, seguindo as orientações da Comissão Permanente de Ações Afirmativas do Campus Colatina.

O atendimento ao estudante com necessidades específicas será conduzido conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução do Conselho Superior n. 34/2017, que define as Diretrizes Operacionais para Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas. Esse procedimento também seguirá as orientações do Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Ifes (Fonapne), além de estar alinhado com a Resolução do Conselho Superior n. 55/2017, que regula os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação desses alunos, e suas alterações subsequentes, incluindo a do Conselho Superior n. 19/2018 e a IN n. 01/2020.

A prática também se adaptará a quaisquer novas legislações aplicáveis que possam ser introduzidas no futuro. Para assegurar a inclusão eficaz de discente com necessidades específicas no ensino a distância, o colegiado do curso, em conjunto com o professor de AEE, os professores formadores e os professores mediadores, desenvolverá estratégias pedagógicas individualizadas no ambiente do Moodle do Cefor. Tais estratégias incluirão metodologias adaptadas, ajustes curriculares específicos e a utilização de recursos tecnológicos acessíveis para garantir tanto o aprendizado efetivo quanto a permanência no curso. No contexto da avaliação da aprendizagem, serão adotados métodos de avaliação flexíveis que considerem as necessidades individuais de cada discente.

2.15 FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OUTRAS RECEITAS

Os recursos financeiros serão viabilizados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, via Fapes, de acordo com o Decreto n. 5009-R, de 11 de novembro de 2021, que institui o Sistema UniversidadES para expansão do Ensino Superior Público no Estado do Espírito Santo.

2.15.1 Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

Tabela 1: Distribuição geral dos custos

Item de Custo	Valor R\$
EQUIPE DO CURSO (BOLSAS)	741.620,00
COMISSÕES DO PROCESSO SELETIVO DE BOLSISTAS	19.836,13
COMISSÕES DO PROCESSO SELETIVO DE ALUNOS	33.785,40
MATERIAL PERMANENTE (CAPITAL)	171.980,00
MATERIAL DE CONSUMO (CUSTEIO)	24.598,47
DIÁRIAS (HOSPEDAGEM/ALIMENTAÇÃO)	26.380,00
PASSAGENS	15.400,00
SERVIÇO DE TERCEIROS (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS)	60.800,00
TOTAL PARA A OFERTA DO CURSO:	1.094.400,00

Fonte: elaborada pela comissão de revisão do PPC com base no projeto inserido no SigFapes

Tabela 2: Valor das Bolsas

Função	Tipo de bolsa	Valor da bolsa R\$	Nº de bolsas	Valor R\$
Coordenador de Curso	B-UnAC-III	2.750,00	21	57.750,00
Coordenador Adjunto de Curso	B-UnAC-IV	2.200,00	21	46.200,00
Designer Educacional	B-UnAC-V	1.980,00	14	27.720,00
Secretário Acadêmico	B-UnAC-VI	1.650,00	21	34.650,00
Professor Formador (Disciplina com Carga Horária de 30 h)	B-UnAC-IV	2.200,00	4	8.800,00
Professor Formador (Disciplina com Carga Horária de 45 h)	B-UnAC-IV	2.200,00	24	52.800,00
Professor Mediador (para cada 40 alunos)	B-UnAC-V	1.980,00	140	277.200,00
Orientador de TFC	B-UnAC-IV	2.200,00	67	147.400,00
Tradutor e Intérprete de Libras (máximo de 2 por curso)	B-UnAC-VI	1.650,00	36	59.400,00
Professor de Atendimento Educacional Especializado (1 para cada 10 alunos)	B-UnAC-VI	1.650,00	18	29.700,00

Fonte: elaborada pela comissão de revisão do PPC com base no projeto inserido no SigFapes

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO

3.1 CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do curso é composto por 8 (oito) servidores, sendo (seis) doutores e 2 (dois) mestres, conforme evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1: Lista de nomes dos Professores Formadores

Nome do Professor Formador	Titulação máxima	Link do currículo Lattes
Cassiana Bortoli	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/ 5830246570251611
Danielle Braun Calavotte Cozer	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/ 7074625825469227
Elizabete Gerlania Caron Sandrini	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/ 9917145433423881
Francielle Correa Nepomoceno	Mestrado	https://lattes.cnpq.br/ 9908283058172134
Izabel Maria Laeber	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/ 5513973845889489
Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/ 2938766846247099
Octávio Cavalari Júnior	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/ 9341284152248115
Wasley Antonio Ronchetti	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/ 5321391774112415

Fonte: elaborada pela comissão de revisão do PPC

A metodologia adotada neste curso segue a proposta do Cefor/Ifes para a Educação a Distância, assegurando qualidade acadêmica, integração tecnológica e acompanhamento efetivo dos estudantes. Nesse contexto, o corpo docente que atuará no curso deverá possuir experiência e formação específica em EaD, contemplando conhecimentos no uso de tecnologias digitais, na mediação pedagógica em ambientes virtuais e na elaboração de materiais didáticos adequados à modalidade. Exige-se, ainda, a participação em cursos de capacitação ofertados pelo Cefor/Ifes, como Moodle 3.9 para Educadores e Mediação Pedagógica no Moodle, ou em formações equivalentes reconhecidas institucionalmente.

Considerando as demandas próprias da EaD, a formação contínua é entendida como requisito fundamental para a atuação docente qualificada. Assim, o campus prevê a realização de encontros formativos, oficinas e grupos de estudo, voltados para o aprimoramento do uso pedagógico das tecnologias digitais e para o fortalecimento das práticas de mediação a distância.

Entre os planos futuros, destacam-se a ampliação da oferta de cursos de aperfeiçoamento e atualização em metodologias inovadoras, o incentivo à participação em eventos acadêmicos e científicos na área de tecnologias educacionais e a consolidação de parcerias institucionais que favoreçam a pesquisa e a inovação pedagógica no campo da EaD.

Os docentes deverão, ainda, participar sistematicamente das capacitações promovidas pelo Cefor/Ifes e de outras formações institucionais voltadas à Educação a Distância, garantindo alinhamento às diretrizes institucionais e constante atualização profissional, em benefício da qualidade do curso e da aprendizagem discente.

A seguir, será apresentado um breve currículo de cada docente, evidenciando: nome completo, titulação máxima, instituição de origem, cargo ocupado, regime de trabalho, a carga horária (CH) semanal dedicada especificamente a este curso, situação laboral vigente, link do currículo lattes – possibilitando a verificação detalhada da formação acadêmica, produção científica, técnica e experiências profissionais do docente –, resumo objetivo das principais informações constantes no currículo, com foco nas competências relacionadas à área do curso e experiência em EaD.

Essa apresentação tem como objetivo garantir a transparência e a qualificação da equipe docente envolvida, demonstrando a adequação dos perfis profissionais às exigências do curso proposto. Dessa forma, busca-se evidenciar o alinhamento entre a formação e a experiência dos docentes com os conteúdos a serem ministrados.

Quadro 2: Professora Formadora Cassiana Bortoli

Nome	Cassiana Bortoli		Titulação Máxima	Doutorado
Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho	DE		CH dedicação curso	5 horas semanais
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/ 5830246570251611	
Resumo do Currículo Lattes				
Doutora e Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa em Contabilidade Financeira e Finanças. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade América Latina, com Licenciatura em Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional (habilitação em Ciências Contábeis) pelo Instituto Federal Farroupilha e formação no Curso Normal de Nível Médio com ênfase em Educação Especial. Professora EBTT de Contabilidade no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina, com experiência profissional anterior na área de escrituração contábil e fiscal. Atua como pesquisadora nos grupos “Gestão e Inovação” (Ifes/Campus Colatina), “Laboratório de Finanças Corporativas” (UFPR) e “Estratégia Organizacional, Negócios Internacionais e Governança Corporativa” (IFRS – Erechim).				
Experiência em EaD				
Possui ampla experiência com o ensino na modalidade a distância, tendo ministrado disciplinas como Contabilidade e Gestão de Micro e Pequenas Empresas (Uninter), Cálculo Atuarial, Controladoria, Gestão Financeira e Análise de Crédito e Cobrança (Universidade Positivo), em cursos de graduação a distância ou semipresenciais. No Ifes/Campus Colatina, ministra componentes curriculares com atividades EaD em cursos presenciais, como Legislação Empresarial e Trabalho de Conclusão de Curso. Também atuou com aulas interativas ao vivo e correção de estágios supervisionados na modalidade EaD.				

Fonte: elaborada pela Professora Formadora

Quadro 3: Professora Formadora Danielle Braun Calavotte Cozer

Nome	Danielle Braun Calavotte Cozer		Titulação Máxima	Mestrado
Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho	DE		CH dedicação curso	5 horas semanais
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/7074625825469227	

Resumo do Currículo Lattes

Mestre em Políticas Públicas e Processo pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU). Especialista em Direito Civil pelo Centro Universitário do Espírito Santo (Unesc) e em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Graduada em Direito (Unesc) e licenciada em Filosofia pela Universidade Paulista, na modalidade a distância. Atua como professora de Direito, Filosofia e Sociologia no Ifes/Campus Colatina, com experiência no ensino médio, técnico, superior e em pós-graduação. Tem trajetória docente consolidada, com atuação anterior como professora de Direito Constitucional, Direitos Reais e Sucessões (Unesc), e de Licitações e Contratos (Ifes/Campus Barra de São Francisco).

Experiência em EaD

Possui experiência com a modalidade de EaD, tendo atuado como professora formadora da disciplina Administração Pública na Pós-Graduação em Gestão Pública da UnAc (2023). Também atua como orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso I e II do Bacharelado em Administração do Ifes/Campus Colatina, desde 2020, disciplinas ofertadas integralmente na modalidade a distância.

Fonte: elaborada pela Professora Formadora

Quadro 4: Professora Formadora Elizabete Gerlania Caron Sandrini

Nome	Elizabete Gerlania Caron Sandrini		Titulação Máxima	Doutorado
UA/Instituição de Origem	Ifes/CampusColatina		Cargo	Téc. Assuntos Educ.
Regime de Trabalho	40h		CH dedicaçãocurso	5 horas semanais
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/9917145433423881	
Resumo do Currículo Lattes				
Doutora e Mestra em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especialista em Gestão Escolar Integradora: Supervisão, Orientação e Inspeção Educacional, e em Língua Portuguesa. Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina. Servidora do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina, onde atualmente exerce a função de Diretora de Ensino e preside o Fórum dos Diretores de Ensino (FGE). É membro da				

Academia de Letras e Artes de Colatina (Alarc) e possui ampla experiência na área da Educação, com ênfase em gestão educacional, tendo atuado como coordenadora do Ensino Fundamental e do Programa de Avaliação Básica do Espírito Santo (Paebs), na Secretaria Municipal de Educação de Colatina.

Experiência em EaD

Possui atuação em cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, tendo ministrado as disciplinas "Metodologia da Pesquisa" (2023) e "Estado, Governo e Mercado" (2013) no Curso de Especialização em Gestão Pública, bem como "Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica" (2022-2023) no Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Também atuou como orientadora de Trabalhos Finais de Curso na Especialização em Gestão Pública.

Fonte: elaborada pela Professora Formadora

Quadro 5: Professora Formadora Francielle Correa Nepomoceno

Nome	Francielle Correa Nepomoceno		Titulação Máxima	Mestrado
UA/Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Assistente em Adm.
Regime de Trabalho	40h		CH dedicação curso	5 h
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	https://lattes.cnpq.br/9908283058172134	

Resumo do Currículo Lattes

Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especialista em Gestão Pública pelas Faculdades Integradas Jacarepaguá. Possui graduação em Administração de Pequenas e Médias Empresas (Unopar), em Redes de Computadores (Ifes) e licenciatura em Matemática (Faculdade de Educação da Serra). Servidora pública há 17 anos, atualmente atua como técnica administrativa no Instituto Federal do Espírito Santo. Tem ampla experiência na área da administração pública, com ênfase em licitações e contratos.

Experiência em EaD

Possui formação específica na área de Educação a Distância, com destaque para os cursos "Capacitação sobre Práticas da Educação a Distância – Tutor" (100h, 2012) e "Moodle 3.9 para Educadores" (60h, 2024). Atuou como tutora a distância na Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – EPT (2012 e 2013), tutora da Pós-Graduação em Gestão Pública (2013–2015) e professora mediadora da Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Docente EPT) entre 2022 e 2023, todas ofertadas na modalidade EaD.

Fonte: elaborada pela Professora Formadora

Quadro 6: Professora Formadora Izabel Maria Laeber

Nome	Izabel Maria Laeber		Titulação Máxima	Doutorado
UA/Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho	DE		CH dedicação curso	5 horas semanais
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/5513973845889489	
Resumo do Currículo Lattes				
Doutora e Mestra em Administração de Empresas pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças. Graduada em Ciências Contábeis e em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina. Licenciada em Matemática pela Universidade de Uberaba. Professora do Ifes em curso técnico integrado ao ensino médio e superior. Possui experiência como professora especialista em cursos de pós-graduação. Foi orientadora acadêmica do curso de Bacharelado em Administração a distância da Ufes (2006 a 2011).				
Experiência em EaD				
Participou de iniciativas de formação na área da EaD, como o Projeto de Extensão Universitária “Formação Continuada em Metodologia EaD, Bases Legais e Conceituais e Mídias Aplicadas à Educação” (240h) e a Formação de Tutores pela Uema (2009). Atuou como docente e coordenadora em cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade EaD. Coordenou o Curso de Especialização em Gestão Pública (2014) e o Curso de Especialização em Administração Pública (2019–2021), ambos no Ifes/Campus Colatina. Ministrou disciplinas como “Estado, Governo e Mercado”, “Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração”, “Gestão Democrática e Participativa”, “Políticas Públicas e Planejamento Governamental” e “Trabalho Final de Curso”, todas ofertadas em cursos na modalidade EaD, entre 2011 e 2023.				

Fonte: elaborada pela Professora Formadora

Quadro 7: Professora Formadora Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo

Nome	Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo		Titulação Máxima	Doutorado
UA/Instituição de Origem	Ifes/CampusColatina		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho	40h		CH dedicaçãocurso	5 horas semanais
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/3352793186650312	
Resumo do Currículo Lattes				
Doutora em Cognição e Linguagem pela Uenf e Mestra em Administração de Empresas pela Fucape. Possui especialização em Educação Profissional e Tecnológica (Ifes), Gestão de Sistemas				

e Serviços de Saúde (Ufes), Auditoria em Saúde (Faesa) e Processos Educacionais na Saúde com ênfase em metodologias ativas (Instituto Sírio-Libanês). Graduada em

Administração. Docente do Ifes/Campus Colatina nos cursos técnico, superior e de pós-graduação, com foco nas áreas de Administração e Gestão de Saúde Pública. Atua com Política e Planejamento Governamentais, Gestão de Pessoas, Comportamento Organizacional e Educação Profissional e Tecnológica.

Experiência em EaD

Tem experiência em EaD e Educação Permanente em Saúde. Participou de cursos voltados ao ensino mediado por tecnologias, como “Tecnologias Digitais e Práticas Pedagógicas” (2018) e “Moodle” (2016), ambos pelo Ifes. Ministrou disciplinas EaD em cursos de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, de 2010 a 2022: “Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro”, “Gestão de Redes Públicas e Cooperação”, “O Estado e os Problemas Contemporâneos” e “Cultura e Mudança Organizacional”. Atuou também na disciplina “Ambientação em EaD” (2022) e como orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso em cursos de graduação e pós-graduação (2014 a 2023). Foi tutora do Curso de Qualificação de Gestores do SUS (EaD) entre 2009 e 2010.

Fonte: elaborada pela Professora Formadora

Quadro 8: Professor Formador Octavio Cavalari Junior

Nome	Octávio Cavalari Júnior		Titulação Máxima	Doutor
UA/Instituição de Origem	Campus Colatina		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho	DE		CH dedicação curso	5 horas semanal
Situação Laboral	Ativo	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/9341284152248115	

Resumo do Currículo Lattes

Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul e Mestre em Ciências Contábeis, com concentração em Administração Estratégica pela Fucape Business School. Possui especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Ifes), em Ensino (Fase), além de licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica (Ifes) e graduação em Administração (Faculdade Estácio de Sá). Professor titular do Ifes, com atuação no ensino básico, técnico e tecnológico. Desde 2017, na função de Diretor-Geral do Ifes/Campus Colatina. Tem ampla experiência em gestão pública e privada, atuou nas áreas de atendimento ao público, pesquisa, pós-graduação e extensão. Desenvolve pesquisas com ênfase em cidadania corporativa, fidelização de clientes, afetividade e aprendizagem, inovação, EaD e educação profissional e tecnológica.

Experiência em EaD

Possui sólida trajetória na EaD. Atuou como coordenador de cursos de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em EaD de 2009 a 2014. Lecionou disciplinas e orientou Trabalhos de Conclusão de Curso em cursos EaD nas áreas de Docência para a Educação Profissional e Administração Pública (2009–2020). Em 2025, atuou como professor na EaD pelo Cefor. No ensino presencial, ministrou disciplina em formato EaD no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (2019), abordando Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: elaborada pelo Professor Formador

Quadro 9: Professor Formador Wasley Antonio Ronchetti

Nome	Wasley Antonio Ronchetti		Titulação Máxima	Mestrado
UA/Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Assistente de Adm.
Regime de Trabalho	40h		CH de dicção curso	5 horas semanais
Situação laboral	Ativa	Link Lattes	http://lattes.cnpq.br/3352793186650312	

Resumo do Currículo Lattes

Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Ifes. Licenciado em Matemática pela Uniube e em Física pela Ufes. Possui especializações em Psicopedagogia e em Alfabetização, ambas pela Funcab. É Técnico Administrativo em Educação no Ifes/Campus Colatina. Tem experiência como docente de Matemática na Rede Municipal de Colatina e na Rede Estadual do Espírito Santo, além de atuação como professor de Física na EJA.

Experiência em EaD

Foi tutor a distância no curso de Licenciatura em Informática (Ifes/Campus Cachoeiro), nas disciplinas de Matemática I e II e Probabilidade e Estatística. Atuou como docente no Pronatec (Ifes/Campus Colatina). Possui ampla formação voltada à EaD, tendo concluído os cursos “Moodle para Tutores” (2013), “Mediação Pedagógica no Moodle” (2023) e “Como criar um MOOC?” (2024). Atua, desde 2018, em cursos a distância, ministrando disciplinas como Fundamentos da Matemática para TI (2024) e diversos componentes curriculares nos cursos de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) e Licenciatura em Informática. É professor/instrutor do MOOC “Matemática da Informática” (2024), com experiência nas áreas de didática, tecnologias educacionais e metodologias de aprendizagem voltadas à EaD.

Fonte: Elaborado pelo professor formador

3.1.1 Atribuições do Corpo Docente

3.1.1.1 Professor Formador

São atribuições do professor formador:

1. planejar os conteúdos e elaborar as atividades da disciplina;
2. planejar e implementar a sala da disciplina no Moodle;
3. executar e acompanhar as aulas da disciplina;
4. participar de reuniões pedagógicas e formações ofertadas;
5. coordenar os professores mediadores ligados à disciplina;
6. participar como avaliador nos processos seletivos do curso;
7. elaborar relatórios acadêmicos relativos à disciplina; e
8. executar outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.1.1.2 Professor Mediador

São atribuições do professor mediador:

1. orientar e acompanhar os discentes nos conteúdos e nas atividades da disciplina;
2. acompanhar e intervir no desempenho e na frequência dos alunos;
3. realizar atendimento para esclarecer dúvidas dos discentes;
4. participar de reuniões pedagógicas e formações ofertadas;
5. participar de reuniões com o professor formador da disciplina;
6. participar de encontros presenciais no polo de atuação, previamente agendados, para aplicação de atividades acadêmicas avaliativas ou não;
7. corrigir exercícios, trabalhos, provas e outras atividades acadêmicas; e
8. executar outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.1.1.3 Professor de Atendimento Educacional Especializado

São atribuições do professor de AEE:

1. atuar em parceria com a equipe do curso para promoção das condições de acesso, participação e aprendizagem de alunos PcD (Pessoas com Deficiência);

- 2acompanhar e atender os discentes PcD matriculados no curso;
- 3. elaborar e executar o plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; e
- 4. executar outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.1.1.4 Professor Orientador

São atribuições do professor orientador:

- 1. elaborar o plano de orientação, conforme o projeto de curso, considerando o tempo disponível para a realização da pesquisa;
- 2. orientar os discentes em relação aos processos e normas acadêmicas em vigor;
- 3. monitorar as atividades dos discentes com relação aos prazos e às entregas de etapas do trabalho de conclusão;
- 4. presidir banca de avaliação do trabalho de conclusão e responsabilidade pela elaboração da ata; e
- 5. executar tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.1.1.5 Atribuições do Coordenador de Curso

O coordenador de curso possui as seguintes atribuições:

- 1. coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- 2. realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção dos bolsistas;
- 3. supervisionar e acompanhar as atividades da equipe do curso e dos coordenadores de polo;
- 4. planejar e controlar as ações relativas ao PPC;
- 5. elaborar relatórios de pagamento dos bolsistas para a Coordenação da UnAc; e
- 6. executar tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.2 CORPO TÉCNICO DO CURSO

Quadro 10: Kátia Polyana Caser

Nome	Kátia Polyana Caser		
UA/Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina	Cargo	Aux. Biblioteca
Regime de Trabalho	40h	CH dedicação curso	20h

Fonte: elaborada pela servidora

Quadro 11: Polliana Brunetti Merlo Souza

Nome	Polliana Brunetti Merlo Souza		
UA/Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina	Cargo	Téc.Assunt. Educ.
Regime de Trabalho	40h	CH dedicação curso	20h

Fonte: elaborada pela servidora

Além dos servidores técnico-administrativos do Ifes, para a execução desta proposta está prevista a contratação de uma equipe multidisciplinar, a ser selecionada para atuar nas demais demandas previstas no curso. A equipe será contratada por meio de edital, que seguirá os trâmites do Ifes, além das recomendações e parâmetros da UnAc.

3.2.1 Coordenador Adjunto de Curso

O coordenador adjunto de curso possui as seguintes atribuições:

1. coordenar o curso de forma adjunta, realizando acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas do curso;
2. realizar do planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção dos bolsistas;
3. acompanhar e supervisionar as atividades da equipe do curso e dos coordenadores de polo.
4. planejar e controlar as ações relativas ao PPC;
5. participar da concepção, elaboração e alteração do PPC;
6. realizar as avaliações de cada disciplina, confeccionar relatório e acompanhar os indicadores estabelecidos pela UnAc e pela Fapes;

7. elaborar relatórios de pagamento dos bolsistas para a Coordenação InAc;
8. elaborar Relatório Final para envio à Coordenação UnAc e instâncias superiores do Ifes; e
9. Executar tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.2.2 Secretário Acadêmico

O secretário acadêmico de curso possui as seguintes atribuições:

1. assessorar e apoiar a coordenação do projeto nas tarefas administrativas e acadêmicas;
2. organizar as rotinas operacionais e da documentação do projeto;
3. atender a equipe do projeto, coordenadores, professores e discentes;
4. solicitar emissão de documentos acadêmicos; e
5. executar tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.2.3 Designer Educacional

O designer educacional de curso possui as seguintes atribuições:

1. auxiliar e acompanhar os professores nos processos de formulação das disciplinas e no design educacional de suas salas virtuais;
2. elaborar mapa de atividades em conjunto com o professor formador, aplicando metodologias e estratégias de ensino para elaboração de conteúdos e atividades para os alunos;
3. estruturar a edição das salas do AVA, considerando aspectos tecnológicos e acessíveis, em parceria com o professor de atendimento educacional especializado, o tradutor/intérprete de libras e o audiodescritor;
4. editar disciplina no Moodle, quando houver necessidade, para aplicação de padrões da sala virtual ou configurações avançadas em atividades ou recursos;
5. gerir a equipe multidisciplinar responsável pela produção de materiais didáticos e de divulgação do curso e das disciplinas;
6. organizar, distribuir e acompanhar as demandas, compartilhadas em Drive;
7. auxiliar o professor formador na produção dos objetos de aprendizagem;

8. validar a sala da disciplina no AVA com professor formador, bem como fazer a verificação final da funcionalidade dos recursos e atividades antes da inserção dos discentes no AVA;
9. participar de reuniões com a coordenadoria de designer educacional da UnAc;
10. pesquisar novas tecnologias, softwares e recursos educacionais que possam ser usados nas disciplinas;
11. participar de grupos de estudos e/ou pesquisa sobre a modalidade EaD e Design educacional;
12. buscar soluções, junto à TI/Cefor, para problemas técnicos no Moodle, quando existirem;
13. organizar manuais, guias de orientação e tutoriais para professores, discentes, equipe técnica para a construção, criação e funcionamento das disciplinas;
14. construir FAQ, enquetes e questionários para levantamento de dados, se necessário; e
15. executar outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.2.4 Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILP)

O servidor tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa (TILP) possui as seguintes atribuições:

1. interpretar eventos para Libras;
2. traduzir materiais produzidos para a Libras;
3. acompanhar e atender discentes surdos, matriculados no curso; e
4. executar outras tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

3.3 PROCESSO SELETIVO DOS BOLSISTAS

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela UnAc é obrigatória a realização de PS para seleção de bolsista que irão compor a equipe do curso ofertado. Esse processo é necessário para o preenchimento dos cargos de Professor Mediador, Orientador de TFC e Designer Educacional. A seleção tem por objetivo garantir a qualificação e a transparência na escolha dos profissionais que atuarão diretamente nas atividades pedagógicas e administrativas relacionadas aos cursos.

Quando, por algum motivo, as vagas disponibilizadas por meio do PS não forem completamente preenchidas, será permitida a indicação de profissionais pelo diretor-geral da unidade. No entanto, essa indicação só poderá ser realizada com a devida anuência do coordenador do curso em questão. Ressalta-se, ainda, que todos os candidatos interessados em participar do processo seletivo devem obrigatoriamente ser domiciliados no estado do Espírito Santo, sendo essa exigência uma condição indispensável, devendo constar de maneira clara e explícita no edital de seleção.

Em relação à atuação dos servidores docentes efetivos do Ifes, especialmente na função de Professor Formador, é possível o recebimento de bolsas, desde que sejam observadas as disposições estabelecidas no Artigo 44 do ROD aplicável aos Cursos de Pós-Graduação, Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes, conforme previsto na normativa vigente (Ifes, 2023).

O referido artigo estabelece que:

Art. 44. No caso de Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada, realizados por meio de Convênio ou Contrato, os docentes do Ifes poderão atuar em conformidade com a Resolução do Conselho Superior 103/2022, pertinente à carga horária docente, e suas atualizações.

§1º Em casos que houver opção de computar a carga horária de atuação no Curso em sua carga horária total de trabalho semanal, não ocorrerá remuneração adicional ao docente, exceto no caso de bolsas de atividade de pesquisa obtidas por órgãos oficiais de fomento.

§2º Docentes com atividades de ensino nos Cursos de Pós-Graduação que recebem bolsas provenientes de órgãos fomentadores da Educação a Distância não poderão computar a carga horária em seu Plano Individual de Trabalho.

Além disso, conforme disposto no §2º do mesmo artigo, os docentes que atuarem em atividades de ensino nos cursos de pós-graduação e forem contemplados com bolsas oriundas de órgãos fomentadores da EaD não poderão contabilizar essa carga horária em seu Plano Individual de Trabalho (PIT). Dessa forma, o servidor docente deverá, no início de sua participação nas atividades do curso, optar formalmente entre duas possibilidades: computar a carga horária no PIT, sem direito ao recebimento de bolsa, ou optar pelo recebimento de bolsa, sem o cômputo da carga horária no plano. Tal decisão deve contar com a anuência da chefia imediata do servidor, garantindo que a escolha esteja alinhada com as diretrizes institucionais e não comprometa a carga horária total do docente.

Importante destacar que, conforme recomendação da UnAc, o servidor docente efetivo que optar por atuar como Professor Formador e deseje receber bolsa, deverá obrigatoriamente submeter-se a PS interno no Campus Colatina. Essa medida visa assegurar a legalidade do processo de concessão de bolsas, promovendo a meritocracia, a transparência e a qualidade dos cursos oferecidos pela instituição.

Para os cargos de Secretário Acadêmico e de Coordenador Adjunto de Curso, será realizado um Processo Seletivo (PS) interno, com o objetivo de garantir a escolha adequada dos profissionais que desempenharão essas funções administrativas. Essa seleção visa assegurar critérios técnicos e objetivos, em consonância com as diretrizes institucionais.

Caso não haja o preenchimento das vagas por meio do PS, o diretor-geral do Campus Colatina poderá indicar os profissionais para ocuparem os cargos. No entanto, essa indicação dependerá da anuência do coordenador do curso, garantindo assim que a escolha esteja alinhada às necessidades da coordenação.

Já a função de Coordenador de Curso será ocupada por indicação direta do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), conforme previsto no § 6º do Art. 20 da Resolução do Conselho Superior nº 44/2016 (Ifes, 2016a), que regulamenta os critérios para designação de cargos de gestão no âmbito dos cursos ofertados pela instituição.

3.3.1 Experiência em EaD dos Bolsistas

Será exigida, para a contratação dos bolsistas, a realização prévia dos cursos Moodle 3.9 para Educadores e Mediação Pedagógica no Moodle, ofertados pelo Cefor/Ifes.

Os professores mediadores deverão participar de capacitação promovida pela Coordenação do Curso no início de cada disciplina.

Outros critérios, como experiência prévia em EaD, serão estabelecidos no Edital do processo seletivo para a contratação de professor mediador, professor orientador de TFC e designer educacional.

4. MATRIZ CURRICULAR E EMENTÁRIOS

No item 4.1 do será apresentado o Quadro 12: Matriz Curricular do Curso, que contém a organização completa dos componentes curriculares distribuídos por módulos. Esse quadro tem como objetivo proporcionar uma visão clara e sistematizada da estrutura curricular do curso, permitindo compreender a progressão das disciplinas ao longo do tempo. Em cada período, serão listados os nomes de todos os componentes curriculares, acompanhados da respectiva carga horária e da identificação do professor formador responsável por sua condução. É fundamental destacar que todos os componentes curriculares são de caráter obrigatório e ofertados exclusivamente na modalidade EaD.

No item 4.2, serão detalhados os ementários de todos os componentes curriculares mencionados na matriz. Cada ementa apresenta uma descrição objetiva dos conteúdos que

serão abordados ao longo da disciplina, servindo como referência tanto para os discentes quanto para os professores formadores.

4.1 COMPONENTES CURRICULARES

Quadro 12: Matriz Curricular

Módulos	Componente Curricular	Professor(a) Responsável	Tipo	Ch
1º	Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo	Obrigatória EaD	30h
	Estado, Sociedade e Administração Pública no Brasil	Octávio Cavalari Júnior	Obrigatória EaD	45h
	Cultura e Mudança Organizacional	Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo	Obrigatória EaD	45h
	Políticas Públicas e Indicadores de Gestão	Cassiana Bortoli	Obrigatória EaD	45h
2º	Política Pública e Planejamento Governamental	Izabel Maria Laeber	Obrigatória EaD	45h
	Administração Pública	Danielle Braun Calavotte Cozer	Obrigatória EaD	45h
	Plano Plurianual e Orçamento Governamental	Wasley Antonio Ronchetti	Obrigatória EaD	45h
	Gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Ajustes	Francielle Correa Nepomoceno	Obrigatória EaD	45h
3º	Metodologia da Pesquisa	Elizabete Gerlania Caron Sandrini	Obrigatória EaD	45h
	Trabalho Final de Curso - TFC	Professores Orientadores	Obrigatório EaD	30h
Total da CH de Disciplinas Obrigatórias e TFC de Curso				420h
Total da CH de Disciplina(s) Optativa(s) a ser cumprida				0
Carga Horária Total do Curso				420h

Fonte: elaborado pela coordenação do curso

4.2 EMENTÁRIO

Quadro 13: Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem

Componente Curricular: Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem	
Carga Horária: 30h	Obrigatória/EaD
Objetivos	
- Conhecer o ambiente virtual Moodle e os recursos que serão utilizados na plataforma. Específicos - Demonstrar iniciativa e autonomia no uso das tecnologias. - Organizar seus estudos para a modalidade. - Conhecer os fundamentos da EaD.	
Ementa	
Concepções e legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e Moodle. Pressupostos teóricos básicos na EaD. Breve histórico da EaD. Programas de fomento para EaD. Metodologia de EaD do Ifes: tutores, professores e alunos na modalidade a distância. Organização de estudos para a modalidade a distância.	
Conteúdo	
1. Concepções e legislação em EaD. 2. Ambiente virtual de ensino-aprendizagem e moodle. 3. Pressupostos teóricos básicos na EaD. 4. Breve histórico e programas de fomento para EaD. 5. Metodologia da EaD do ifes: tutores, professores e alunos na modalidade à distância. 6. Organização de estudos para a modalidade a distância.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do Campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compêndio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha, wiki para construção de textos colaborativos. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para discente com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de	

oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei n. 13.146/2015 e Resolução Ifes CS n. 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por discente surdo, valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto n. 5626/2005, Lei n. 13.146/2015, Portaria MEC n. 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS n. 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei n. 13.146/2015 e IN Napne/Proen n. 01/2020.

Bibliografia Básica

CORREIA, Rosângela Aparecida R. **Introdução à Educação a Distância**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. p.Capa. ISBN 9788522123803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522123803/>. Acesso: 18 jun. 2025.

FREITAS BASTOS EDITORA; BROTHERHOOD, Karina (org.). **Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação**: Perspectivas e Estratégias para Educadores Digitais. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso: 18 jun. 2025.

GARA, Elizabete Briani M.; MESQUITA, Deleni; JÚNIOR, Dilermando P. **Ambiente Virtual de Aprendizagem** - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.1. ISBN 9788536522166. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536522166/>. Acesso : 18 jun. 2025.

MACHADO, Dinamara P.; MORAES, Márcio Gilberto de S. **Educação a Distância** - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. Rio de Janeiro: Érica, 2015. E- book. p.1. ISBN 9788536522210. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536522210/>. Acesso: 18 jun. 2025.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. p.Capa. ISBN 9788522114696. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114696/>. Acesso: 18 jun. 2025. MOODLE.ORG. Disponível em: https://moodle.org/?lang=pt_br. Acesso em: 26 out. 2018.

RUHE, Valerie; ZUMBO, Bruno D. **Avaliação de educação a distância e e-learning**. Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. p.1. ISBN 9788565848220. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848220/>. Acesso: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

BEHAR, Patricia A. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-book. p.1. ISBN 9788536318622. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318622/>. Acesso: 18 jun. 2025.

BEHAR, Patricia A. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. p.Capa. ISBN 9788565848480. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848480/>. Acesso: 18 jun. 2025.

BORBA, Marcelo de C.; MALHEIROS, Ana Paula dos S.; ZULATTO, Rúbia Barcelos A. **Educação a Distância online**. 4. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 9786586040760. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586040760/>. Acesso : 18 jun. 2025.

CERIGATTO, Mariana P.; MACHADO, Viviane G.; OLIVEIRA, Édison T.; et al. **Introdução à educação a distância**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595026209. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026209/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PASSOS, M. L. S. **Educação a distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 2018. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf> Acesso em: 26 maio 2025.

Quadro 14: Estado, Sociedade e Administração Pública no Brasil

Nome Componente ou Disciplina: Estado, Sociedade e Administração Pública no Brasil	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivos	
- Compreender as relações entre estado, governo e sua evolução histórica até a atualidade. - Estudar formas de organização dos modelos da administração pública brasileira, gestão da informação e estatística socioeconômica. - Discutir a repercussão da tomada de decisão pautada em informações e estatísticas socioeconômicas na era da Tecnologia da Informação (TI) e da sociedade informacional. - Analisar os principais sistemas de informação de apoio à decisão na administração pública contemporânea, balizada pelo planejamento estratégico, gestão da informação, conhecimento e tecnologia, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	
Ementa	
Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea. Federalismo. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República. Autoritarismo e redemocratização. Capitalismo Contemporâneo. Globalização e neoliberalismo.	
Conteúdo	

1. Relações entre estado, governo e mercado na sociedade Contemporânea: perspectivas e contextos socioeconômicos. Conceitos de sociedade, estado e administração pública. Estrutura administrativa. Modelos de administração pública. Políticas públicas. Exemplos de projetos, programas e políticas públicas nas áreas social, educação, segurança pública, saúde, mobilidade urbana, dentre outras. Gestão orientada por resultados. Sistemas de informação e transparência na elaboração, aprimoramento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
2. Federalismo.
3. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas.
4. Democracia e desenvolvimento sob a segunda república.
5. Autoritarismo e redemocratização.
6. Capitalismo contemporâneo.
7. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compendio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha, wiki para construção de textos colaborativos, produção de textos para envio de arquivo na plataforma. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para discente com atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei n. 13.146/2015 e Resolução Ifes CS n. 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por discente surdo, valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto n. 5626/2005, Lei n. 13.146/2015, Portaria MEC n. 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS n. 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei n. 13.146/2015 e IN Napne/Proen n. 01/2020.

Bibliografia Básica

OBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política** - A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2000. E-book. p.Capa. ISBN 9786561110105. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786561110105/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2010. E-book. p.Capa. ISBN 9788595152281. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152281/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GIAMBIAGI, Fabio. **Reforma do Estado Brasileiro** - Transformando a Atuação do Governo. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2020. E-book. p.1. ISBN 9788595157538. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157538/>. Acesso: 18 jun. 2025.

LIRA, Pablo. **Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta - IVC no município de Vitória-ES**. 2007. 124 f. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES, 2007.

NOHARA, Irene P. **Reforma Administrativa e Burocracia** - 1ª Edição 2012. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. E-book. p.1. ISBN 9786559773312. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773312/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. **Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **Administração pública digital: proposições para o aperfeiçoamento do regime jurídico administrativo na sociedade da informação**. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FRANÇA, Phillip G. **Controle da administração pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547204051. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204051/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E- book. p.i. ISBN 9788597016093. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016093/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Quadro 15: Cultura e Mudança Organizacional

Nome Componente ou Disciplina: Cultura e Mudança Organizacional	
Carga Horária:45h	Obrigatória
Objetivos	
Geral -Compreender o comportamento individual e em grupo no contexto organizacional público. Específicos -Compreender o poder e a liderança como elementos importantes da dinâmica institucional pública. - Conhecer as dimensões da cultura organizacional. - Compreender a relação entre cultura organizacional e gestão pública. - Conhecer o processo de mudança organizacional.	
Ementa	
Comportamento Organizacional: o indivíduo e o grupo. Poder e Liderança nas Organizações. Cultura Organizacional. Processo de Mudança Organizacional.	
Conteúdo	
1. Comportamento Organizacional: o indivíduo e o grupo no contexto organizacional público. 2. As relações de poder no ambiente organizacional da administração pública. 3. A importância da liderança para a gestão do comportamento organizacional na administração pública 4. As dimensões da cultura organizacional e seu impacto na gestão pública 5. Processo de mudança organizacional e sua aplicação no âmbito da gestão pública.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do Campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compendio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos discentes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para discente com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das	

atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei n. 13.146/2015 e Resolução Ifes CS n. 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por discente surdo, valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto n. 5626/2005, Lei n. 13.146/2015, Portaria MEC n. 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS n. 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei n. 13.146/2015 e IN Napne/Proen n. 01/2020.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.Capa1. ISBN 9788522489886. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522489886/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

DUTRA, Joel S. **Gestão de Pessoas em Empresas e Organizações Pública**. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597020793. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020793/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p.i. ISBN 9788597012873. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012873/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo Milano F. **O poder nas organizações** - Coleção Debates em Administração. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2007. E-book. p.Capa. ISBN 9788522108374. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522108374/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

DIAS, Reinaldo. **Cultura organizacional: construção, consolidação e mudança**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. E-book. p.Capa. ISBN 9788522484485. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522484485/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FELTRIN, Carolina Marques de Almeida. **Cultura e clima organizacional**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. J. B. de A. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010. E-book. Disponível em:

Quadro 16: Políticas Públicas e Indicadores de Gestão

Nome Componente ou Disciplina: Políticas Públicas e Indicadores de Gestão	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivos	
- Analisar as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores de Gestão nas diversas etapas de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil, bem como compreender a elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais.	
Ementa	
Política Pública. Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Transparência, accountability e controle social do gasto público. Órgãos de controle público e privado. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil. As Pesquisas Amostrais e Institucionais. Indicadores Sociais. Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos. Censos Demográficos. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos.	
Conteúdo	
1. Política pública: análises e conceitos; 2. Programas sociais: o que são, como são usados e seus Sistemas de Monitoramento; 3. Transparência, accountability e controle social do gasto público: a relevância do controle social na administração pública; 4. A importância dos órgãos de controle público e privado na administração pública; 5. Dados e indicadores no Brasil: a importância da contagem para mapear e sinalizar possíveis soluções; 6. As pesquisas amostrais e institucionais: quais são os Indicadores Sociais mais usados; 7. Os indicadores usados para buscar diagnósticos socioeconômicos; 8. Censos demográficos e as informações coletadas; 9. Registros administrativos, cadastros públicos e dados de programas: como utilizá-los para criar e monitorar programas de políticas públicas; 10. Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos: suas análises e impactos na sociedade.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do Campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compendio de leituras didáticas	

referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha, wiki para construção de textos colaborativos. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para discente com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei n. 13.146/2015 e Resolução Ifes CS n. 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por discente surdo, valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto n. 5626/2005, Lei n. 13.146/2015, Portaria MEC n. 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS n. 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei n. 13.146/2015 e IN Napne/Proen n. 01/2020.

Bibliografia Básica

BAHIA, Leandro Oliveira. **Guia referencial para construção e análise de indicadores** / Leandro Oliveira Bahia. -- Brasília: Enap, 2021. <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf>

BRAGA, Andréa Luiza Curralinho. **Políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%c3%a7%c3%a3o%20de%20pol%c3%adticas%20p%c3%ablicas.pdf

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. **Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas**. HOLOS, Ano 34, Vol. 03, 2018. <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818/pdf>

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%c3%a1ises%20sobre%20Implementa%c3%a7%c3%a3o%20de%20Pol%c3%adticas%20P%c3%ablicas%20no%20Brasil.pdf

MENDES, Gilmar F.; SILVA, Raphael Carvalho da; FILHO, João Trindade C. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. p.l. ISBN 9788547218515. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547218515/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SATO, Felipe S.; PELLEGRINI, Josué A. **Série IDP - Linhas Administração e Políticas Públicas - Contas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 978655592146. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655592146/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 978655582413. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655582413/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. **Síntese da evolução dos principais indicadores sócioeconômicos utilizados como medida da desigualdade social no Brasil entre os anos 2000 e 2015**. Sociedade em Debate, v. 26, n. 2, p. 83-97, 2020
<https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34693/22962>

CAUMO, Rafael Bassegio; DE SOUZA, João Artur. **A qualidade de indicadores socioeconômicos produzidos a partir de Big Data**. Planejamento e políticas públicas, ppp,n. 57, jan.-mar. 2021.
<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1246/591>

CONTI, José Mauricio; MOUTINHO, Donato Volkers; Nascimento, Leandro Maciel do. **Controle da Administração Pública no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2022.
https://www.researchgate.net/publication/362626642_Controle_da_Administracao_Publica_no_Brasil

GONÇALVES, Guilherme Corrêa... [et al.]; [revisão técnica: Luciana Bernadete de Oliveira]. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre : SAGAH, 2017.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 08/06/2025.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 978655582413. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655582413/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

TAVARES, Paulino Varela; ROMÃO, Ana Lúcia. **Accountability e a Importância do Controle Social na administração Pública: Uma Análise Qualitativa.** Brazilian Journals of Business, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 236-254 jan. /mar. 2021.

<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/28527/1/Accountability%20e%20a%20Import%C3%A2ncia%20do%20Controle%20Social%20na%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20Uma%20An%C3%A1lise%20Qualitativa.pdf>

Quadro 17: Política Pública e Planejamento Governamental

Nome Componente ou Disciplina: Política Pública e Planejamento Governamental	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivos	
- Compreender o contexto sociopolítico onde o Planejamento Governamental está inserido para a compreensão de elaboração de políticas públicas para realização do planejamento governamental. - Discutir sobre os impactos das relações entre Política e Economia; - Entender o contexto sociopolítico da Administração Pública; - Discutir sobre o papel da inovação na Gestão Pública; - Discutir sobre a formação do Gestor Público e as diferentes com o Administrador de Empresas; - Apresentar o Histórico do Planejamento, conceitos de “Estado Herdado” x “Estado Necessário”, Políticas Públicas e Políticas Sociais; - Conhecer e discutir contextualizando os tipos de Planejamento Estratégico; - Conhecer as estratégias do Planejamento Estratégico Situacional; - Conhecer, revisar e contextualizar as estratégias de Planejamento Governamental (Ciclo Orçamentário, PPA, LDO e LOA); - Conhecer e aplicar a Metodologia de Diagnósticos de Situações; - Elaborar Plano de Ações com diagnósticos e propostas de intervenção em PPPG; - Discutir sobre Abordagens Críticas do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.	
Ementa	
Conceitos de políticas públicas. Tipos de políticas públicas e seus atores. Processo de elaboração de políticas públicas. Tipos de Planejamento Estratégico. Planejamento governamental. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.	
Conteúdo	
1. Conceitos de políticas públicas. Tipos de políticas públicas e seus atores. 2. Processo de elaboração de políticas públicas: Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (stakeholders). 3. Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. 4. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo	

decisório: racional- compreensiva, incremental e mixed-scanning.

5. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas.

6. Tipos de planejamento estratégico. Planejamento governamental. Abordagem crítica do modelo brasileiro de planejamento governamental: Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compendio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha, wiki para construção de textos colaborativos. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. **Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**.

2. ed. São Paulo: Pearson, 2005. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CULPI, Ludmila Andrzejewski; GONDIN, Pollyanna Rodrigues. **Economia no setor público**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

TONI, Jackson de. **O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado com inteligência organizacional: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

ALVES, Elizeu Barroso. **Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BERNARDI, Jorge Luiz. **A organização municipal e a política urbana**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HIROMOTO, M. H. **Análise do efeito do gasto social dos governos federal, estadual e municipal sobre a pobreza no Brasil – 1988 a 2010**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.48, n.1, abr., 2018. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8348/1/PPE_v48_n01_An%c3%a1lise.pdf

FRANÇA, Phillip G. **Controle da administração pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547204051. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204051/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PALUDO, A. V.; OLIVEIRA, A. G. **Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico: para órgãos e entidades públicas**. 2. ed. Cotia: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Quadro 18: Administração Pública

Nome Componente ou Disciplina: Administração Pública	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivos	
- Proporcionar aos alunos elementos de análise e reflexão sobre a gestão pública, destacando aspectos da realidade brasileira.	

Ementa
Direito Público e Direito Privado. Administração Pública e Organizações. Agentes públicos. A ética profissional do servidor público. Formas de contratação no serviço público. Servidor como agente da ação do Estado. Administrador público à luz da Legislação e da Filosofia. Formas de contratação no serviço público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Conteúdo
1. Direito Público e Direito Privado: conceito, características e princípios 2. Administração pública e organizações: conceito e espécies 3. Agentes públicos: conceito, espécies e responsabilidade civil. 4. Administrador público à luz da legislação e da filosofia: poderes e deveres. 5. A ética profissional do servidor público: ética e moral. 6. Formas de contratação no serviço público: noções. 7. Os princípios norteadores do serviço público: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compendio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha, wiki para construção de textos colaborativos, produção de textos para envio do arquivo na plataforma. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme

Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **Direito administrativo**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Maria Thereza Pompa (org.). **Ética**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BITENCOURT NETO, Eurico. **Transformações do Estado e a Administração Pública no século XXI**. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 207- 225, jan./abr. 2017. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773. Revista de Investigações Constitucionais. ISSN 2359-5639. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/49773/31680><http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/49773/31680>

BRASIL. **Lei 8.112 de 11 de Dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **Administração pública digital: proposições para o aperfeiçoamento do regime jurídico administrativo na sociedade da informação**. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **Alguns Princípios Constitucionais e Administrativos na Administração Pública Brasileira**. Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL], [S.l.], v. 11, n. 2, p. 494-505, Mai. 2011. ISSN 2179-7943. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1959/1027>.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Edipro, 2018.

Quadro 19: Plano Plurianual e Orçamento Governamental

Nome Componente ou Disciplina: Plano Plurianual e Orçamento Governamental	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivos	
Compreender, elaborar, analisar e avaliar os instrumentos de planejamento e orçamento governamental no Brasil — especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) — à luz da legislação vigente, dos princípios da responsabilidade fiscal e da gestão pública orientada por resultados. Analisar criticamente a função de cada instrumento de planejamento (PPA, LDO e LOA) no ciclo orçamentário, identificando suas inter relações, prazos, requisitos legais e limites fiscais. Estudar as mudanças recentes no marco fiscal brasileiro, incluindo o Novo Arcabouço Fiscal (2023), e seus impactos sobre o planejamento de médio e longo prazo. Aplicar os conceitos de planejamento estratégico governamental para a construção de políticas públicas eficazes e eficientes, com base na gestão por resultados. Compreender e aplicar os princípios de responsabilidade fiscal, analisando casos reais de gestão orçamentária em entes federativos, inclusive os mecanismos de controle, transparência e prestação de contas. Discutir os desafios contemporâneos da gestão orçamentária, incluindo temas como orçamento participativo, equidade na alocação de recursos, uso de tecnologias no planejamento e transparência pública.	
Ementa	
Estudo dos instrumentos de planejamento e orçamento no setor público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), à luz da legislação brasileira vigente. Análise da Lei nº 4.320/1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e do Novo Arcabouço Fiscal (LC nº 200/2023), com ênfase na integração entre planejamento estratégico, responsabilidade fiscal e gestão por resultados. Estruturação de programas, ações, metas e indicadores. Práticas de orçamento participativo, controle social e transparência na gestão pública. Avaliação de políticas públicas e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estudos de caso sobre a elaboração, execução e monitoramento de instrumentos de planejamento em diferentes esferas de governo.	
Conteúdo	
1. Fundamentos do orçamento público: Conceitos, funções e princípios; Natureza jurídica do orçamento. 2. Instrumentos de planejamento governamental: PPA, LDO e LOA: características, específicas e inter-relações; Ciclo orçamentário: etapas e prazos. 3. Legislação aplicada: Lei n. 4.320/1964; Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000); Novo Arcabouço Fiscal (LC n. 200/2023); Normas federais atualizadas (Portarias, Decretos, Instruções). 4. Planejamento por programas e resultados: Estruturação de programas, ações, metas e indicadores; Monitoramento e avaliação. 5. Participação e transparência: Orçamento participativo; Controle social e transparência pública (LC n. 131/2009). 6. Integração com políticas públicas e ods: Planejamento voltado para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	

7. Estudos de caso e práticas: Análise de PPA reais (União, estados ou municípios); Simulações de elaboração de programas e análise crítica.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, biblioteca virtual com um compendio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei n. 13.146/2015 e Resolução Ifes CS n. 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei n. 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS n. 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei n. 13.146/2015 e IN Napne/Proen n. 01/2020.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 1964.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

BRASIL. **Lei Complementar n. 200, de 30 de agosto de 2023.** Estabelece o novo arcabouço fiscal para a sustentabilidade da dívida pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 ago.

2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Guia metodológico do PPA 2024-2027**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023. <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manual-do-ppa-2024-2027.pdf>

Bibliografia Complementar

CONTI, José Mauricio (coord.). **O planejamento orçamentário da administração pública no Brasil**. São Paulo, SP: Blucher, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CRUZ, June Alisson Westarb; CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes. **Planejamento e orçamento na administração pública**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FRANÇA, Phillip G. **Controle da administração pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547204051. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204051/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo**. São Paulo, SP: Blucher, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

MURAKAMI, Elizabeth Bezerra Lopes. **Noções gerais sobre orçamento público e responsabilidade fiscal**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

Quadro 20: Gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Ajustes

Nome Componente ou Disciplina: Gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Ajustes	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivos	
- Geral: Identificar e compreender as características e importância dos processos de compras e licitações, contratos e convênios para as contratações públicas, observando os aspectos legais e normas. - Específicos: - Apresentar o histórico do surgimento das contratações no serviço público; - Conhecer e diferenciar contratos e convênios; - Entender as modalidades de licitações e seus princípios; - Saber analisar e elaborar editais de licitação; - Identificar e classificar os tipos de contratos e suas características; - Compreender o papel e a importância da fiscalização do contrato para garantir a conformidade	

com a lei e salvaguardar a administração pública; - Analisar as principais irregularidades que podem incorrer nas contratações públicas.
Ementa
Contratações públicas: legislação e normas. Contratos Administrativos. Fiscalização de contratos e sua importância para a gestão. Convênios e Ajustes: conceitos, tipos e diferenças em relação aos contratos.
Conteúdo
1. As contratações públicas e sua origem; 2. Licitações e suas modalidades (Lei 14.133/21); 3. Etapas que compõem o processo licitatório; 4. Contratos Administrativos e suas características; 5. Gestão e fiscalização de contratos e o seu papel; 6. Irregularidades e sanções administrativas: a constatação e ação da gestão; 7. A importância da fiscalização e controle dos contratos e a responsabilidade dos gestores e fiscais. 8. Convênios e Ajustes: definição e características; e 9. A diferença entre contratos e convênios.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, vídeo- aula gravada, biblioteca virtual com um compêndio de leituras didáticas referente a temática, questionários dissertativos e múltipla escolha, wiki para construção de textos colaborativos. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria

MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen n. 01/2020.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Decreto n. 11.531, de 16 de maio de 2023.** Dispõe sobre contratos e convênios. Presidência da República. Brasília, 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11531.htm

BRASIL. **Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Presidência da República. Brasília, 2021. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm

BRASIL. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Presidência da República. Brasília, 2006. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Instrução Normativa n. 05, de 26 de maio de 2017.** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2017. <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>

HACK, Érico. **Licitações e contratos administrativos.** 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Sidney. **Contratos da administração pública:** oriundos de licitações, dispensas e inexigibilidades. 1. ed. Leme: JH Mizuno, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

BRASIL. **Decreto n. 9.412, de 18 de junho de 2018.** Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Presidência da República. Brasília, 2018. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9412.htm
BRASIL. Lei n. 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. Presidência da República. Brasília, 2011. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm

BRASIL. **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.** Lei do Pregão. Presidência da República. Brasília, 2002. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

HIGA, Alberto Shinji et al. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.** 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para

uma nova gestão. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende (coord.). **A nova lei de licitações e contratos administrativos em debate**. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

ROXO, Gustavo Henrique Sperandio. **Licitações e contratos administrativos: considerações à luz da lei n. 14.133/2021**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência**. 5ª Edição, 2024. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf>

Quadro 21: Metodologia de Pesquisa

Nome Componente ou Disciplina: Metodologia de Pesquisa	
Carga Horária: 45h	Obrigatória
Objetivo	
- Compreender o universo da pesquisa e a elaboração de textos acadêmicos.	
Ementa	
O conhecimento científico. Pesquisa científica. Elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Ética na pesquisa. Projeto de Intervenção.	
Conteúdo	
1. O conhecimento científico: o Estado, a academia e as organizações; O ensino, a pesquisa e a extensão; As formas principais de conhecimento; A evolução do pensamento científico; A ciência moderna e o método científico. 2. Pesquisa científica: a caracterização da pesquisa científica. Tipologias - classificação da pesquisa quanto à sua natureza, fins e meios de investigação. Técnicas de coleta e tratamento de dados. 3. Elaboração e apresentação de trabalhos científicos: delimitação do tema de pesquisa; do objeto de pesquisa; e, revisão da literatura. Estratégias metodológicas da pesquisa. O conhecimento científico. Pesquisa científica. Elaboração e apresentação de trabalhos científicos. 4. Ética na pesquisa. 5. Projeto de intervenção.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor formador e os professores mediadores. Estes serão responsáveis pela mediação no AVA e nos encontros presenciais. Ambos docentes terão	

suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, questionários dissertativos e múltipla escolha, envio de arquivo com textos produzidos pelos alunos. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.17. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. p.capa. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Bibliografia Complementar

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência** - Filosofia e prática da pesquisa - 2ª edição revista e atualizada. 2. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013. E- book. p.Capa. ISBN 9788522114719. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114719/>. Acesso em: 19 jun.

2025.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**, 10ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. E-book. p.Capa. ISBN 9788522478392. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522478392/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo. **Práticas de pesquisa na escola básica: discutindo alguns encaminhamentos metodológicos**. EDUCAÇÃO: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106 Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6868/623> 0> Acesso em 22 jun 2017

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.1. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.1. ISBN 9788597026559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos** [recurso eletrônico] : documento impresso e/ou digital. 9. ed. rev. e ampl.– Vitória: Ifes, 2024. <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/4578/Normas%20para%20apresenta%c3%a7%c3%a3o%20de%20trabalhos%20acad%c3%aamicos%20e%20cient%c3%adficos%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para elaboração de referências – NBR 6023**: documento impresso e/ou digital. – 3. ed. – Vitória : Ifes, 2019. https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/4578/Normas_para_elaboracao_de_referencias_3_edicao_versao_2019.pdf?sequence=5&isAllowed=y

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Tutorial para submissões no repositório institucional do Instituto Federal do Espírito Santo** / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. – Vitória : Ifes, 2019. https://repositorio.ifes.edu.br/static/documentos/Tutorial_Submissao_Repositorio_Institucional_ifes.pdf

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 19 jun.

2025.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesqui. [online]. 2004, vol.30, n.2, pp.289-300. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007> Acesso em 22 jun 2017.

Quadro 22: Trabalho Final de Curso (TFC)

Nome Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso (TFC)	
Carga Horária: 30h	Obrigatória
Objetivos	
Aplicar os conhecimentos obtidos ao longo do curso de pós-graduação em Gestão Pública na elaboração do Trabalho de Conclusão Final do Curso (TFC).	
Ementa	
Desenvolvimento orientado de um trabalho de intervenção. Elaboração do TFC.	
Conteúdo	
Definição do problema ao qual será realizada a intervenção. Desenvolvimento da proposta de intervenção. Escrita do TFC.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor orientador de TFC responsável pela disciplina, tendo suporte do NTE do campus Colatina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. Também serão utilizados vários recursos do AVA, tais como: fóruns para debate e enriquecimento de discussões, arquivos com materiais para leitura, mensagens individuais, chat para troca de mensagens síncronas, aulas síncronas por meio de webconferência, videoaula gravada, questionários dissertativos e múltipla escolha. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação da disciplina se dará por meio de uma banca avaliadora formada conforme estabelecido no Regulamento do Curso. Serão considerados aprovados os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).	
Bibliografia Básica	
De acordo com a temática do trabalho a ser desenvolvido serão selecionadas as referências bibliográficas.	
Bibliografia Complementar	
De acordo com a temática do trabalho a ser desenvolvido serão selecionadas as referências bibliográficas.	

5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Conforme determina o ROD dos Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada e Programas Stricto Sensu do Ifes, em sua Seção IV, está prevista a possibilidade de realização de estágio supervisionado, seja obrigatório ou não obrigatório, atendendo a Lei Federal n. 11.788/2008 (Lei de Estágio) e a Resolução do Conselho Superior n.58/2018, de 17 de dezembro de 2018 e suas atualizações, que regulamenta o estágio dos alunos do Ifes. No curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública não haverá estágio obrigatório.

6. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso será realizada de forma sistemática e contínua, como parte essencial do processo de acompanhamento e melhoria da qualidade da formação oferecida. Essa avaliação ocorrerá por meio de diferentes instrumentos e instâncias institucionais, envolvendo tanto a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Ifes quanto ações promovidas diretamente pela Coordenação do Curso.

A CPA, conforme previsto em sua regulamentação interna, aplicará instrumentos avaliativos que englobam aspectos institucionais, pedagógicos, estruturais e administrativos, com foco na percepção dos discentes e demais membros da comunidade acadêmica sobre o funcionamento geral da instituição e de seus cursos. Essas avaliações ocorrem regularmente e fornecem dados relevantes para o planejamento estratégico do Ifes como um todo, influenciando também os rumos e as decisões específicas sobre o curso em questão.

Paralelamente às ações da CPA, a Coordenação do Curso desenvolverá mecanismos próprios de avaliação interna, com o objetivo de obter diagnósticos mais pontuais e diretamente relacionados à condução pedagógica e didática do curso. Essa tarefa será de responsabilidade do Coordenador Adjunto do Curso, que organizará a aplicação de questionários específicos aos discentes ao final de cada componente curricular. Esses instrumentos buscarão captar as impressões dos alunos sobre diversos aspectos, como a clareza do conteúdo, a metodologia utilizada, a interação com o professor, os recursos didáticos empregados e a adequação da carga horária.

Os dados coletados por meio desses questionários serão sistematizados e posteriormente disponibilizados aos professores formadores responsáveis por cada componente curricular. Essa devolutiva tem como principal objetivo promover a reflexão crítica e a revisão contínua das práticas pedagógicas adotadas, permitindo que os professores possam ajustar suas estratégias de ensino e, se necessário, propor reformulações na estrutura e no conteúdo das disciplinas para futuras ofertas. Com isso, busca-se garantir não apenas a qualidade do ensino,

mas também a coerência entre o projeto pedagógico do curso, as expectativas dos estudantes e os resultados efetivamente alcançados.

Essa abordagem integradora e participativa da avaliação contribui diretamente para o aprimoramento constante do curso, fortalecendo o compromisso institucional com a excelência acadêmica, a inovação pedagógica e a formação qualificada dos estudantes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Aline et al. **Mediação Pedagógica e Educação a Distância: fundamentos, praticas e reflexoes.** Sao Paulo: Cortez, 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CES no 1, de 6 de abril de 2018.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de pós-graduação lato sensu. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto no 5.800, de 8 de junho de 2006.** Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

BRASIL. **Decreto no 6.301, de 12 de dezembro de 2007.** Institui a Rede e-Tec Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2007.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação PDE.** Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Setec.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/secretarias-1/setec>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Universidade Aberta do Brasil (UAB).** Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES no 1, de 6 de abril de 2018.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de pós-graduação lato sensu. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto no 5.009-R, de 1o de setembro de 2021. Institui a Universidade Aberta Capixaba UnAC. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2021. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo FAPES.** Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC). Vitória: FAPES, 2022. Disponível em: <https://fapes.es.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional SECTI.** Vitória, 2024. Disponível em: <https://secti.es.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância Cefor.** Histórico e atuação. Vitória: Ifes, 2024. Disponível em: <https://cefor.ifes.edu.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Consulta pública para oferta do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública.** Colatina: Ifes, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Edital nº 11/2022 Curso de Especialização em Gestão Pública.** Colatina: Ifes, 2022. Disponível em: <https://selecao.ifes.edu.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Organização Didático-Pedagógica dos Cursos EaD**. Vitória: Ifes, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019/2023**. Vitória: Ifes, 2019. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Gestão 2023**. Vitória: Ifes, 2024. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/documentos/relatorios>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu**. Vitória: Ifes, 2023. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos**. Vitória: Ifes, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Repositório Institucional RI**. Vitória: Ifes, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Comissão Própria de Avaliação CPA**. Vitória: Ifes, 2024. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/cpa>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional: a teoria e a prática de mudar as organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

TENORIO, Francisco. **Gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.